

RACISMO: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?

Após 120 anos do fim da escravidão, o racismo ainda persegue os cidadãos negros no Brasil. Confira nesta edição um debate com psicólogos e outros especialistas sobre o tema – *páginas 3 a 9*



II Mostra Regional de Práticas em Psicologia reúne 400 participantes - Págs. 10 e 11

Programa Saúde nas Escolas: avanços e desafios - Pág. 12

CRP-RJ se engaja na luta pela Educação Inclusiva- Pág. 13

CRP-RJ se manifesta contra “Depoimento sem Danos” - Pág. 16

Após 18 anos, ECA é desrespeitado por autoridades - Pág. 17

II Fórum Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos - Pág. 20

Psicologia e Psicologias: oficialismos e libertação

Completamos mais um ano – o 46º – da regulamentação de nossa profissão no Brasil. Estas datas oficiais, que marcam um momento importante na institucionalização de uma prática, podem e costumam ser comemoradas com palavrórias, festividades, discursos, homenagens, do tipo do “lirismo bem comportado funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestação de apreço ao senhor diretor”, de que falava Manuel Bandeira nos versos de sua “Poética”.

Não é esta a Psicologia que queremos saudar; falamos de uma outra, que surge das ruas, dos becos, das favelas, das periferias, das prisões, dos hospitais, dos tribunais, das fábricas, das cidades e dos campos, de onde quer que haja um ser humano que precise de nós, psicólogos (as), e que a nós ainda não tenha acesso, por condições econômicas, po-

líticas, sociais ou culturais. É esta a Psicologia a que nos referimos, que surge no dia-a-dia, que ousa romper com os saberes humanos e sociais institucionalizados, bonitinhos, bem-comportados, naturalizados, obedientes, passivos e submissos às práticas e aos poderes estabelecidos, e que estes saberes tão bem amparam e justificam.

Nós preferimos esta Psicologia, assim como Manuel Bandeira quer “...antes o lirismo dos loucos / o lirismo dos bêbados / o lirismo difícil e pungente dos bêbados / o lirismo dos clowns de Shakespeare”. Esta Psicologia nos ajudará a cumprir nossa plataforma, de ética e compromisso social.

Manuel Bandeira termina seu poema clamando: “Não quero mais saber do lirismo que não é libertação”. Esperamos poder levantar a mesma bandeira: não queremos mais saber da Psicologia que não é libertação.

Informações sobre Psicologia por e-mail

O site do CRP-RJ dispõe de uma ferramenta que pode ajudar muito os estudantes e profissionais que querem se manter sempre atualizados sobre a Psicologia: o informativo eletrônico. O serviço, um boletim eletrônico semanal, envia as últimas novidades sobre cursos, eventos, seminários e concursos direto para o e-mail do psicólogo.

Para se inscrever é muito simples: basta clicar no terceiro banner que fica à direita na página principal do site e informar seu nome e seu endereço eletrônico.

Mais de 17 mil pessoas já estão inscritas no serviço e recebem o boletim a cada semana. Inscreva-se você também e receba notícias sobre a Psicologia na sua caixa de correio eletrônico!

Esclarecimento

A edição nº 18 do Jornal do CRP-RJ chega à casa dos psicólogos do estado do Rio de Janeiro com alguns meses de atraso. O Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região gostaria de se desculpar pelo adiamento e esclarecer seus motivos. Por se tratar de uma autarquia federal e, portanto, órgão público, o CRP-RJ realiza processos de licitação para a contratação de quaisquer serviços, o que inclui a impressão de seu jornal. A última licitação referente a esse serviço precisou ser anulada, gerando atraso na edição do jornal.

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-RJ

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280
Tel/Fax: (21) 2139 5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br
site: www.crprj.org.br

Diretoria Executiva:

José Novaes – presidente - CRP 05/980
Pedro Paulo G. de Bicalho – vice-presidente - CRP 05/26077
Marília Álvares Lessa – tesoureira - CRP 05/1773
Noeli Godoy – secretária - CRP 05/24995

Membros Efetivos:

Ana Carla Souza Silveira da Silva - CRP 05/18427
Eliana Olinda Alves - CRP 05/24612
Francisca de Assis Rocha Alves - CRP 05/18453
Janaina Barros Fernandes - CRP 05/26927
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767
Lindomar Expedito Silva Darós - CRP 05/20112
Luiz Fernando Monteiro P. Bravo - CRP 05/2346
Lygia Santa Maria Ayres - CRP 05/1832
Maria da Conceição Nascimento - CRP 05/26929
Suyanna Linhares Barker - CRP 05/27041
Wilma Fernandes Mascarenhas - CRP 05/27822

Membros Suplentes:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697
Ana Lúcia de Lemos Furtado - CRP 05/0465
Ana Maria Marques Santos - CRP 05/18966
Elizabeth Pereira Paiva - CRP 05/4116
Érika Piedade da Silva Santos - CRP 05/20319
Fernanda Brant Gabry Stellet - CRP 05/29217
Luciléia Pereira - CRP 05/29453
Márcia Ferreira Amêndola - CRP 05/24729
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564
Samira Younes Ibrahim - CRP 05/7923
Vanda Vasconcelos Moreira - CRP 05/6065
Vivian de Almeida Fraga - CRP 05/30376

Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos
Eliana Olinda Alves
Marília Álvares Lessa

Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTb 15963/97/79

Projeto Gráfico

Octavio Rangel

Redação

Bárbara Skaba (jornalista)
Felipe Simões (estagiário)
Jean Souza (estagiário)

Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.
(21) 2232-3866 / 3852-6820

Impressão

Editores EDIOURO

Tiragem / Periodicidade

30.000 exemplares / Bimestral

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail ascom@crprj.org.br

RACISMO: O QUE A PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?

Eles foram trazidos ao Brasil para o trabalho escravo. Foram submetidos a violências por três séculos e meio. Enfim, veio a abolição da escravidão, em 1888. Mas será que ela trouxe mudanças significativas no tratamento dado aos negros no nosso país? Este ano, no dia 13 de maio, foram comemorados os 120 anos da Lei Áurea. Porém, em pleno século XXI, a abolição não se deu completamente no imaginário da população brasileira.

O próprio fato de o 13 de Maio ser comemorado como marco da emancipação dos negros, transformado em Dia da Luta contra o Racismo, demonstra a supremacia da “História branca” no país. A Lei Áurea costuma ser abordada como um “presente” da Princesa Isabel, simbolizando a elite branca, aos negros. Por outro lado, datas como o 20 de Novembro, dia em que Zumbi dos Palmares foi assassinado, não são aprendidas nas escolas nem destacados no calendário nacional. Celebrada no Brasil como o Dia da Consciência Negra desde a década de 1960, a data só é feriado em 225 dos 5.561 municípios do país, segundo levantamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A principal forma de expressão dessa situação no país é o racismo. Uma das suas consequências é o fato de os negros serem vistos, muitas vezes, como inferiores. Isso faz com que acabem ocupando posições subalternas e recebendo salários mais baixos. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) do Brasil, editado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2005, o salário dos homens brancos era 113% maior que o dos homens negros em 2003, enquanto o das mulheres brancas, 84% superior ao das negras.

O documento, intitulado “Racismo, Pobreza e Violência”, apresentou um levantamento de vários indicadores brasileiros e concluiu que, em todos eles, os negros estão em situação desfavorável. Uma das maiores discrepâncias é com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O Brasil ocupa a 73ª posição no ranking mundial. No entanto, se negros e brancos formassem países à parte, a distância entre eles seria de 61 posições. A população branca ficaria

na 44ª posição no ranking, enquanto a população negra ficaria em 105º lugar.

Para tentar entender as origens do racismo e como ele é reproduzido no Brasil de hoje, o jornal do CRP-RJ ouviu psicólogos e outros profissionais sobre o tema. Nosso objetivo é discutir como a discriminação racial se dá no país e o que a Psicologia tem a ver com isso.

Em primeiro lugar, é preciso buscar as origens do racismo no Brasil. Sem dúvida, elas remontam ao período da escravidão, mas seu processo de formação é



muito mais complexo. É o que explica o historiador Ricardo Salles, professor adjunto e coordenador do Mestrado em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). “O racismo no país sempre existiu, desde que há escravidão. No Brasil, diferentemente da Antiguidade, a escravidão foi baseada na cor. Mas, com a abolição, ela passou a ser uma forma de reprodução das relações de poder. Antes, a exclusão do negro era feita a partir da escravidão. Depois, o racismo veio como forma de reproduzir essa exclusão”.

É o que também afirma o historiador Marcelo Badaró, professor titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). “É muito comum ouvirmos que as origens históricas da discriminação racial entre nós estão na escravidão. Acredito que isto é apenas parcialmente correto. O racismo brasileiro não é uma decorrência inevitável da escravidão, mas resulta de opções das classes dominantes para conduzir o fim da escravidão neste que foi o último país a aboli-la nas Américas”. Segundo ele, “não dá para dizer que o fato de os negros ganharem pior, terem menor escolaridade, morarem em piores condições, decorre da ‘herança da escravidão’ que temos buscado superar”.

Para o psicólogo Lúcio Magano Oliveira (CRP 03/02399), coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRP-03 (BA/SE), consultor da Secretaria de

Promoção da Igualdade (Sepromi-BA) e integrante da equipe do Instituto AMMA Psique e Negritude, de São Paulo,

as ciências em formação no século XIX também contribuíram para a disseminação da discriminação racial. “Em fins do século XIX, com o surgimento dos primeiros trabalhos considerados representativos de uma embrionária Antropologia e Sociologia brasileiras que tratavam do negro, um novo cabedal de origens fortemente influenciaram repertórios preconceituosos que até hoje fazem parte do senso comum e continuam nos ambientes acadêmicos”, afirma.

Outro importante fator para a reprodução da desigualdade racial foi a forma como a abolição da escravidão foi conduzida, sem prover aos escravos condições de se adaptarem à sociedade livre. É o que explica Maria Lúcia Karam, ex-defensora pública e juíza de Direito aposentada pelo Estado do Rio de Janeiro: “A abolição da escravatura no final do século XIX não significou uma

(continua na próxima página)

(continuação da página anterior)

verdadeira libertação dos negros, que, em sua imensa maioria, permaneceram ‘escravizados’ às péssimas condições de vida, subalternizados, marginalizados, excluídos”.

Segundo Ricardo Salles, o próprio conceito de “raça” contribuiu para a formação do racismo. “O conceito de raça não tem fundamento científico no que diz respeito à espécie humana. Não há como detectar diferenças entre as diferentes populações que configurem diferenças raciais, como em outras espécies. No entanto, a noção de raça, baseada em fenótipos e/ou origem de determinados grupos, é uma noção do senso comum presente em quase todas as sociedades modernas. Na maioria dos casos, ela serve como fundamento de práticas discriminatórias que favorecem um grupo em detrimento de outro”.

Além das origens, é preciso entender também por que essa discriminação contra os negros permanece até hoje em nossa sociedade. Segundo a psicóloga Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), pós-graduada na área de Relações Raciais pela UFF e coordenadora da Comissão de Análise para a Emissão do Título de Especialista (CATE) do CRP-RJ, o racismo opera como modo de hierarquização social e é reproduzido pela disseminação da falsa idéia de que há diferenças “naturais” entre grupos de indivíduos. “Seja qual for a maneira como o racismo ocorre, certamente é porque há a crença em alguns atributos que seriam próprios de determinados grupamentos humanos. Esses atributos são vistos como se tivessem existências em si mesmos e não como produto de uma construção histórico-social”.



“A abolição da escravatura no final do século XIX não significou uma verdadeira libertação dos negros, que, em sua imensa maioria, permaneceram

‘escravizados’ às péssimas condições de vida, subalternizados, marginalizados, excluídos.”

Maria Lúcia Karam

Por essas diferenças entre as etnias serem colocadas como naturais e não construídas ao longo da História, o racismo acaba tomando, no Brasil, uma forma mais “dissimulada”. Como afirma o antropólogo Júlio Tavares, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), “o racismo se cristalizou não só de forma institucional, mas está muito arraigado dentro do imaginário dos indivíduos e do imaginário nacional. É muito difícil admitir que há racismo. Dissimulação no Brasil é muito mais do que esconder, camuflar, é uma política comportamental que faz parte da informalidade”.

É o que também afirma Maria da Conceição: “Não se pode perder de vista que negar a existência do racismo é uma das características da sociedade brasileira. Mas a questão da discriminação racial exige aguçar muito mais o olhar e o ouvido para perceber o que se passa entre nós, basta voltar-se para observar como é a ocupação dos espaços pelos diferentes grupos sociais”.

De acordo com Júlio, essa forma dissimulada de racismo, o que ele chama de “racismo cordial”, é ainda pior do que a discriminação aberta. “É esse o lugar por onde essa dissimulação se realiza, essa forma tida ‘cordial’ do racismo. Ela passa muito pela interdição através do olhar, através do gesto. Talvez essa forma seja muito mais dolorosa do que ter um lugar escrito ‘proibida a entrada de negros’. Você não tem isso, mas tem um olhar que, ao você entrar num lugar, o desqualifica, o humilha, o obriga a sair pela energia daquele olhar”.

Como explica Lúcio Magano, os negros sofrem esse tipo de interpelação racial desde a infância. “É notável que a grande maioria das crianças negras sofre várias formas constrangedoras e violentas de interpelação racial desde cedo em suas vidas, e não vão conseguir falar muito bem sobre isso, ou não vão conseguir falar. Por outro lado, crianças brancas estão bem menos expostas a uma interpelação racial. Até mesmo porque estão racialmente invisibilizadas”.

Segundo Maria da Conceição, essa forma de discriminação “é aquilo que ultimamente tem sido denominado de racismo institucional. Não existe no Brasil uma legislação que explicitamente segregue pessoas por causa da cor, mas há mecanismos que mantêm um grande contingente



“O conceito de raça não tem fundamento científico no que diz respeito à espécie humana. No entanto, a noção de raça, baseada em fenótipos e/ou

origem de determinados grupos, é uma noção do senso comum presente em quase todas as sociedades modernas.”

Ricardo Salles

de negros em lugares determinados e não tem sido fácil enfrentar essa realidade”.

O Estado na manutenção do racismo

“Não há racismo sem Estado”. É o que afirma o cientista político Edson Passetti, professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e coordenador do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-Sol). Segundo ele, o papel do Estado na manutenção do racismo é fundamental “seja para exterminar como no nazismo, seja para fazer produzir como no socialismo soviético, seja para se administrar identidades como na sociedade atual. O controle das populações, numa economia constantemente reterritorializada e que permite fluxos ampliados de trânsitos de trabalhadores, permanece fundamental para segurança transnacional de Estados e empresas”.

Para Maria Lúcia Karam, o Estado contribui para a naturalização de práticas racistas no Brasil. “Tendo origem na colonização, na escravidão,



“Não existe no Brasil uma legislação que explicitamente segregue pessoas por causa da cor, mas há mecanismos que mantêm um grande contingente de

negros em lugares determinados e não tem sido fácil enfrentar essa realidade.”

Maria da Conceição Nascimento

logo se vê que o papel do Estado no processo de formação do racismo no Brasil foi determinante desde o início. E continuou sendo, na medida em que, na continuidade histórica, os agentes do Estado não criaram condições que efetivamente contribuíssem para a superação dos efeitos da vergonhosa mancha original da escravidão”.

A juíza acredita que ainda hoje o Estado brasileiro contribui para a discriminação racial. “Hoje, pode-se apontar a maior responsabilidade do Estado especialmente na ausência de uma política educacional que garanta um ensino elementar de qualidade a todas as crianças. Uma educação de qualidade é o indispensável primeiro passo para permitir a criação de uma futura igualdade de oportunidades”.

Para Edson Passetti, o racismo atual, dissimulado, é típico da sociedade de transição em que vivemos, que caminha da sociedade disciplinar para a de controle. “A sociedade disciplinar, das fábricas, escolas, prisões, hospitais, que operava por controle descontínuo, está desaparecendo. Na

atual sociedade, os controles a céu aberto são contínuos e vão do trabalho ao estudo, ao lazer, à política, ao andar pelas ruas vigiadas eletronicamente, sob domínio de polícias e tráficos. Não sobram mais espaços para agitar desgovernos. O capitalismo na sociedade de controle é um investimento político inibidor de resistências”.

Maria da Conceição também destaca a relação do Estado capitalista com o racismo. “O crescimento e o enriquecimento das chamadas nações desenvolvidas se deu a partir da escravização e exploração dos povos ditos ‘inferiores’. É interessante ter em conta que em cada período histórico grupos de indivíduos são tratados de forma diferenciada por pertencerem a um determinado grupamento social ou cultural, por habitarem uma região geográfica específica ou comportarem-se de forma não convencional, ou por qualquer outro motivo. Convém não perder de vista que o capitalismo se beneficia, e muito, disso tudo. Na verdade, ele fomenta essas estratificações que estão continuamente se atualizando”.

“Hoje, em todo o mundo dominado pela lógica do capital, o racismo está vivo, com manifestações cada vez mais violentas de ódio ao ‘outro’”, acrescenta Marcelo Badaró. “Do ponto de vista econômico, o capitalismo necessita gerar setores mais explorados e pior remunerados da classe trabalhadora e lhe interessa que essa divisão se internalize na própria classe”.

Nessa sociedade, segundo Passetti, o racismo opera por dois fluxos. “No primeiro, estão os direitos de minorias que garantem uma específica participação de setores até então abertamente discriminados e que passaram a se organizar pelo dispositivo de elites. O outro fluxo absorve esta pletera de direitos e distribui as minorias no âmbito político majoritário representativo e participativo, fazendo-as funcionar como apoios e complementos às elites”.

Maria Lúcia também aborda a questão relativa às leis para minorias. “As leis criminalizadoras do racismo são fruto da adesão ao sistema penal
(continua na próxima página)

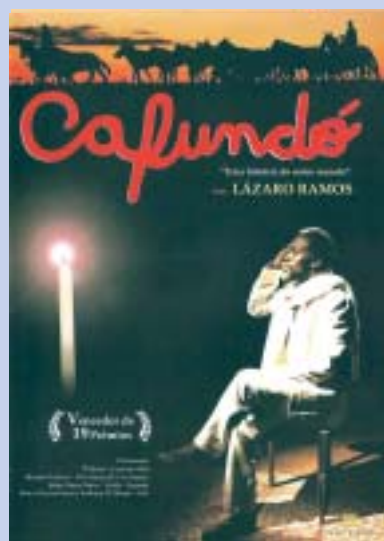
Formação do racismo em debate nas telas

Dois ótimos filmes para entender o processo de constituição das práticas racistas no Brasil são os premiados *Cafundó*, de Paulo Betti e Clóvis Bueno, e *Filhas do Vento*, de Joel Zito. Passados em épocas e com abordagens diferentes, ambos mostram como o lugar do negro foi sendo construído no nosso país.

Cafundó se passa em Sorocaba (SP), no final do século XIX, pouco após a abolição da escravidão e da proclamação da República. Baseado na vida e obra do ex-escravo João de Camargo (Lázaro Ramos), o filme mostra a busca por um lugar na nova sociedade brasileira e como a forma com que foi conduzida a abolição contribuiu para a formação de um racismo “naturalizado”.

O fato de não ter havido uma política de integração dos ex-escravos faz com que João, junto com o amigo Cirino (Leandro Firmino), passe por barreiras como a dificuldade de conseguir emprego, os baixos salários e a falta de condições dignas de trabalho. A

situação é deixada clara com outra personagem, amiga de João. Ela continua trabalhando na mesma casa onde foi escrava e é submetida a humilhações diárias pelos patrões, que chegam a obrigá-la a se prostituir.



Já *Filhas do Vento* começa se passando na década de 50 e termina nos dias atuais. O primeiro longa-metragem de ficção de Joel Zito conta a história de duas irmãs negras, Maria Aparecida (Taís Araújo/Ruth de Souza) e Maria da Ajuda

(Thalma de Freitas/Léa Garcia), que seguem rumos distintos e enfrentam o preconceito de formas diferentes.

Após uma briga com o pai (Milton Gonçalves), Cida sai de casa, no interior, e vai morar no Rio de Janeiro para virar atriz. Ela consegue construir uma carreira reconhecida, mas não se sente realizada por ter consciência do racismo existente na televisão – seus papéis são sempre de escrava, empregada ou favelada.

Já Maria da Ajuda permanece na mesma casa a vida inteira, tem filhos e netos e se diz feliz. No entanto, sofre o racismo interior, uma idéia introjetada de que, por ser negra, é inferior. Isso fica claro em um diálogo com a irmã no início do filme. Quando Cida demonstra a vontade de melhorar de vida, ela afirma: “Isso não é nosso destino. Se fosse, Deus fazia a gente nascer branca”. É o mesmo discurso usado pelo pai, que diz para Cida: “Você não se enxerga não? Já viu negro virar artista?”.

(continuação da página anterior)

de movimentos sociais que, agindo de forma em tudo semelhante aos defensores dos movimentos de lei e ordem, clamam por punição para aqueles que selecionam como os seus 'inimigos', sendo efetivamente uma das manifestações do que chamei de 'esquerda punitiva'".

De acordo com a juíza, o perigo dessa visão punitiva é agir de forma oposta à igualdade, contribuindo para a reprodução de discriminações. "No caso de leis criminalizadoras, a suposta 'proteção' de minorias efetivamente acaba por contribuir para a continuidade da discriminação, ao reforçar as idéias excludentes, preconceituosas e discriminatórias que estão na base de qualquer intervenção do sistema penal. O poder punitivo, atuado através das intervenções do sistema penal, é sempre excludente, preconceituoso e discriminatório".

Maria Lúcia acredita que essa forma de penalização acaba individualizando o racismo e encobrindo sua dimensão coletiva e social. "Promovendo a idéia do 'criminoso' como o 'outro', o 'inimigo', atendendo ao cômodo desejo de identificação de 'bodes expiatórios' que possam ser responsabilizados por todos os males, o sistema penal não só atua de forma residual, selecionando alguns dentre os inúmeros autores de condutas criminalizadas para cumprirem aquele demonizado papel, como ainda oculta os desvios estruturais, encobrindo-os através da crença em desvios pessoais. Isto, naturalmente, não facilita qualquer transformação social".

A Psicologia frente ao racismo

Segundo Lúcio Magano, o papel da Psicologia é trazer à tona a dimensão coletiva do racismo, ou seja, o racismo enquanto instituição social, parando de abordá-lo como um aspecto individual. "É necessário que a Psicologia brasilei-



"Hoje, em todo o mundo dominado pela lógica do capital, o racismo está vivo, com manifestações cada vez mais violentas de ódio ao 'outro'".

Marcelo Badaró

ra aponte cada vez mais para o reconhecimento do racismo como um problema existente e persistente em nossa sociedade. Sua contribuição passa por reconhecer, de fato, o racismo como um problema entre nós".

Ele acredita que essa não tem sido uma atitude freqüente entre psicólogos. "No dia 20 de novembro, vocês têm aqui no Rio de Janeiro um feriado municipal que é o Dia da Consciência Negra. Consciência é um termo muito afim à área da Psicologia, mas parece que tem escapado ao olhar dos profissionais de Psicologia o apelo da consciência negra".

Para Maria da Conceição, a Psicologia deve contribuir para estimular o debate sobre a situação dos negros no país. "A Psicologia faz parte das ciências humanas, mas não tem prestado muita atenção aos que historicamente têm tido sua humanidade pouco reconhecida, ou melhor, aos que têm sido atingidos pelo olhar eurocêntrico e, por isso, ainda são discriminados. A Psicologia precisa se debruçar sobre o tema das relações raciais, produzir subsídios teóricos que permitam aos psicólogos pensar sua prática no contexto de uma sociedade racializada".

De acordo com Lúcio, esse debate sobre o racismo é fundamental: "Se de fato queremos extinguir essa situação de desigualdade, não podemos evitar o desconforto que a discussão sobre discriminação racial causa. Se evitarmos, as possibilidades de superação das desigualdades raciais reduzem em muito".

Dentro do papel da Psicologia, Lúcio aponta ainda para o "sofrimento psíquico desnecessário" dos que são atingidos pela discriminação. "A perda de um ente querido pela morte é algo que todo mundo vai enfrentar um dia, por fatalidade ou não. Mas o racismo atinge um grupo específico - não por fatalidade - e ele é desnecessário, pois pode ser evitado. E aí a Psicologia pode dar uma pequena, mas importante contribuição, por exemplo, colocando sua produção de saberes e práticas a serviço do combate ao preconceito e discriminação racial".

De acordo com Júlio Tavares, a Psicologia deve se unir a outros campos do conhecimento no combate à discriminação. "O papel da Psicologia é procurar mapear os estereótipos e as representações e, junto com a Antropologia, descrevê-los, no sentido de fornecer evidências para esses



"Tão importante quanto localizar as origens e seu desenvolvimento é ter em mente que o racismo em nossa sociedade confunde-se e conjuga-se com muitas coisas, principalmente aos aspectos históricos e políticos."

Lúcio Magano

mecanismos de dissimulação e de exclusão que existem no Brasil. É um trabalho de arqueologia no imaginário nacional, seja através da clínica, seja através de pesquisas descritivas. Qualquer área pode ajudar bastante nisso, porque, afinal, o racismo ataca em múltiplas frentes e só um contra-ataque também em múltiplas frentes pode cerceá-lo".

Esse ataque do racismo em "múltiplas frentes" passa, além da Psicologia, por outros campos. De acordo com Maria Lúcia Karam, uma delas é a legislação, desde que com uma abordagem diferente da punitiva. "A efetivação de direitos fundamentais, como o direito à igualdade, há de ser promovida através de intervenções estatais positivas que criem condições materiais - econômicas, sociais e políticas - para sua efetiva realização".

Maria Lúcia também destaca as ações afirmativas, porém, com ressalvas. "Leis que podem servir como instrumentos de atuação positiva para redução da discriminação racial são leis que regulem as chamadas ações afirmativas, estabele-

"O papel da Psicologia é procurar mapear os estereótipos e as representações e, junto com a Antropologia, descrevê-los, no sentido de fornecer evidências para esses mecanismos de dissimulação e de exclusão que existem no Brasil."



Júlio Tavares



O combate ao racismo é uma prática de pessoas livres. É preciso estar atento para a disseminação de práticas fascistas e combatê-las; é

preciso inventar formas à impaciência da liberdade”

Edson Passetti

cendo diretrizes para a atuação de políticas compensatórias. Mas as ações afirmativas decerto não são suficientes para diminuir ou idealmente eli-

minar o racismo. É preciso, antes de tudo, romper com todos os preconceitos que dividem e estigmatizam”.

Júlio destaca que brancos e negros têm papéis importantes nesse processo. “Cabe ao negro cada vez mais evitar qualquer tipo de submissão e de dissimulação dessa dor. É uma dissimulação generalizada. Os brancos precisam também atacar outros brancos que façam uso dessa arma. Há uma aproximação entre as práticas do branco e do negro. A diferença é que o negro sente essa dor e o branco vai se solidarizar com essa dor”.

Para Edson Passetti, é necessária uma dimensão prática do combate ao racismo. “Isso é uma prática de pessoas livres. Não há mais lugar para o intelectual-profeta e seus asseclas, que dizem como

deve ser e fazer para comandar com rigor a fé do movimento. É preciso estar atento para a disseminação de práticas fascistas e combatê-las; é preciso inventar formas à impaciência da liberdade”.

Para Maria da Conceição, esse tipo de combate contra o racismo, vindo tanto da Psicologia e das demais ciências quanto da própria sociedade, tornaria muito mais fácil acabar com a desigualdade social. “Oxalá que a cor da pele ou qualquer outro elemento diferenciador não seja impeditivo de aproximação e união entre as pessoas e que a miscigenação possa ser um demonstrativo de que o mais importante é o que todas as ‘raças’ têm em comum: a humanidade”.

As entrevistas feitas para esta matéria estão disponíveis na íntegra em www.crpjr.org.br

Racismo de Estado

O conceito de “Racismo de Estado” foi pensado pelo filósofo francês Michel Foucault para além da discriminação relativa à cor da pele. O professor de Filosofia Auterives Maciel – mestre em Filosofia pela UERJ e doutor em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental pela UFRJ – conversou com o Jornal do CRP-RJ sobre como essa prática se dá na sociedade brasileira.

Qual é a definição do conceito de “Racismo de Estado” em Foucault? É possível articular esse racismo de Estado com manifestação de preconceito racial?

A meu ver, quem melhor pensa essa questão hoje é [o filósofo italiano] Giorgio Agamben, quando ele diz que o novo paradigma de governo é o “estado de exceção”. Para pensar esse estado de exceção como paradigma de governo, ele parte da idéia de que, na atualidade, o governo se exerce sempre produzindo exceções. A partir delas, ele suspende a norma, fazendo valer de forma arbitrária a sua autoridade.

Isso confere ao Estado um poder de vida e morte sobre os próprios indivíduos da sociedade, com um detalhe: na Antiguidade, esse estado de exceção era sempre imputado ao soberano. O soberano o fazia valer, suspendia a norma e exercia o direito de matar ou deixar viverem os súditos. Na Contemporaneidade, esse estado

de exceção se alastrou. A principio, ele é pensado como uma espécie de paradigma de governo – o Bush, a qualquer momento, suspende uma norma mundial e faz valer um estado de guerra e, nesse estado de guerra, intervém um outro tipo de formação cultural, em nome da democracia.

Mas não funciona somente na esfera de Estado. O “estado de exceção”, quando se torna generalizado, pode aparecer em esferas menores, onde alguém se sente soberano, reinando sobre a vida do outro, toma para si o direito de matar ou deixar viver, colocando o outro como vida matável, como um ser que pode ser morto sem que ninguém o acuse de assassinato ou homicídio.

Esse “outro”, ele tem uma face reconhecível, ele é um alvo específico?

Pode ser qualquer um. Preste atenção na violência urbana: normalmente, a gente pensa esse outro como aqueles que estão excluídos, mas, atualmente, segundo a lógica fria do mercado, qualquer um pode ser excluído, a qualquer momento.

O conceito de “racismo de Estado”, de que fala Foucault, é um racismo que não é relacionado à cor de pele. É, na verdade, um racismo relacionado a uma questão mais ampla, como o biopoder...

Isso, atualmente sim. Ele vai aparecer no Brasil como cor de pele porque de fato a negritude aqui é pobre, é a classe menos favorecida. Mas é muito mais interessante colocar em destaque o aspecto pobreza do que propriamente a cor da pele. O racismo é consequência de uma análise que o Foucault faz sobre o poder. Na verdade, o Foucault destaca essa questão do racismo pensando a lógica do poder. O poder pode querer aí duas coisas: ou fagocitar ou banir. No caso específico da disciplina, a idéia era controlar. No caso atual, a idéia é excluir. Excluir e matar.

Poderíamos pensar na criminalização da pobreza, como um dos resultados desse tipo de poder?

A pobreza seria uma boa pista, porque se a gente pensar o pobre como sendo aquele que está à beira de um processo de exclusão, uma vez excluído ele pode morrer sem que o assassino seja condenado por homicídio. É uma espécie de impunidade generalizada, meio que autorizada pelo Estado. Aí você pensa, por um lado, a pobreza e, por outro lado, a violência que o estado exerce. O filme Tropa de Elite, por exemplo: [os policiais] são verdadeiros assassinos autorizados pela lei. Dispõem do direito de matar ou deixar viver. Agora, matar ou deixar viver segundo a norma. O problema é que quem faz a norma é o poder. Essa é a idéia.

O Sistema de Cotas em debate

No debate sobre o racismo no Brasil, um dos assuntos mais polêmicos é o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas. Esse é um dos poucos temas relacionados à questão da desigualdade racial no país que são discutidos de forma aberta e pública. O Jornal do CRP-RJ convidou três integrantes do movimento negro – Selma Maria da Silva (CRP 05/35419), professora integrante do programa de inclusão Núcleo de Estudos Étnico-raciais e Ações Afirmativas da Faetec; Conceição Corrêa das Chagas (CRP 05/3255), psicóloga, pedagoga e doutoranda em Psicossociologia pela UFRJ; e Damiana de Oliveira (CRP 05/20843), psicóloga do Tribunal de Justiça, atuando na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Madureira, especialista em Psicologia Jurídica pela UERJ e mestre em Psicologia pela UFF – para debaterem o assunto.

Segundo Selma Maria, o sistema de cotas é importante para corrigir uma injustiça histórica. “Compreendo que a sociedade tem uma dívida com os africanos que vieram para o Brasil e seus descendentes. Havia uma lei que proibia a entrada de negros nas escolas públicas e, depois, a lei foi modificada para afirmar que, quando houvesse professores ‘sobrando’, eles poderiam estudar. Essa lei das cotas vem corrigir uma injustiça social com os negros ao longo da história”, diz.

Damiana concorda: “Acredito que essa é uma discussão que já se inicia tarde, posto que deveria ter acontecido após o 13 de maio de

1888, quando milhares de negros foram alçados à condição de libertos sem que nenhuma medida fosse efetivamente tomada para que pudessem exercer com dignidade a liberdade tão duramente conquistada”.

Para Conceição, as cotas para negros são importantes para garantir seu acesso à universidade. “Na tese que eu estou fazendo, analiso gráficos que vêm mostrando que o negro entra na escola na classe de alfabetização, mas, conforme as séries vão subindo, o número de negros vai diminuindo. Poucos concluem o primeiro segmento do primeiro grau, que seria até quarta série. A oitava série e o segundo grau menos ainda terminam. Na universidade, piora”.

As três entrevistadas, no entanto, possuem críticas ao sistema. “Acredito que as cotas garan-

tem a entrada dos negros nas universidades, mas não contribuem diretamente para a diminuição da desigualdade racial”, afirma Selma. “Não basta pôr a cota no terceiro grau. Temos que ter um segundo grau de qualidade na escola pública, já visando dar condições

para que esse aluno enfrente o crivo do vestibular com direitos iguais. Na medida em que, desde a pré-escola, o negro já seja tratado de forma igualitária, essas cotas tendem a se extinguir”, completa Conceição. Já para Damiana, “as cotas devem ser encaradas como algo emergencial e não como a solução definitiva, permanente, para o enfrentamento da problemática racial”.

De acordo com Selma, mesmo com problemas, as cotas são importantes para acirrar o debate sobre a desigualdade racial. “O sistema de cotas contribui porque convida a sociedade a construir esse processo de representatividade da sociedade civil e enfrentar a questão histórica do racismo no país. O grande ponto positivo das cotas é que elas tratam as diferenças como positivas”.

“O principal mérito das cotas, a meu ver, além de trazer essa questão para o centro do debate, está no reconhecimento do governo e de parcela da sociedade de que somos um país em que grassam as desigualdades de toda ordem e que nelas residem um dos grandes problemas do Brasil”, afirma

Damiana.

Conceição, por outro lado, acredita que, mais do que as cotas, o que pode contribuir para o acesso de crianças negras à educação é a mudança de visão do próprio negro sobre seu “lugar” na sociedade. “Sendo filha de negros, parece que a criança já vem ‘destinada’ pela própria família, que introjetou essa visão de inferioridade, a se assumir enquanto inferior. Pai e mãe pouco empenho empregam para que ela vá para a escola, pois acham que o seu destino é a enxada ou o serviço de limpeza”.

A psicóloga e pedagoga destaca, no entanto, que, além dos próprios negros, o imaginário da sociedade como um todo precisa mudar para que o sistema de cotas seja apenas temporário. “A sociedade tem que ser esclarecida e deixar muito claro que o negro não

está pedindo favor, ele sempre deu duro para conquistar o que quer. Ele está pedindo que a sociedade compreenda que, na realidade brasileira, por ter chegado aqui na condição de escravo, ele até hoje é olhado como um cidadão de segunda categoria. Ele quer que a sociedade entenda como esses estigmas chegaram para o povo negro, para que ela também ajude para que esse processo de cotas dure o mínimo possível. A gente não quer cota a vida inteira. A gente quer um ensino de qualidade”.

Segundo Damiana, “é claro que as cotas por si só não irão acabar com as desigualdades raciais no Brasil. Paralelamente à implementação da política

de cotas, é necessário que haja investimento num ensino público de qualidade para todos aqueles, independente de etnia ou condição social, que fazem uso dessa modalidade de ensino”.

Leia as entrevistas completas em www.crpj.org.br.



“Adoção inter-racial”: cor da pele diferente, vínculo legítimo

José Eduardo Menescal Saraiva é psicólogo (CRP 05/23758) e atua na Vara de Infância e Juventude do Idoso (VIJI) da Capital do Rio de Janeiro. Ele fala ao Jornal do CRP-RJ sobre a chamada adoção inter-racial e as principais dúvidas de casais e solteiros interessados em adotar crianças e adolescentes no Rio de Janeiro

Ao contrário de muitos outros países, em que a adoção é feita por instituições particulares, José Eduardo explica que, no Brasil, ela é feita pelo Poder Judiciário. Neste sentido, além de conduzir o processo, o trabalho desenvolvido na VIJI da Capital consiste na orientação aos interessados em ter um filho adotivo. O psicólogo afirma que, nas orientações, é discutida uma série de mitos, como a revelação da adoção para o filho.

“A gente discute toda a carga de preconceito que está impregnada na idéia de adoção. O sangue não cria o vínculo”, diz José Eduardo. “Na verdade, o verdadeiro pai é quem se dispôs a amá-lo como filho. Acho que a adoção tem este papel. As pessoas, quando vêm para cá, vêm porque querem ser pais ou mães, querem compartilhar o seu amor”.

“Normalmente, a criança dos sonhos da grande maioria dos adotantes não existe no estado

do Rio de Janeiro. Estou falando aqui do perfil dominante: menina, branca e bebê. Então, o tra-



balho de adoção significa também uma mudança de cultura”, explica o psicólogo.

Ele afirma que crianças pardas, mestiças ou negras são a grande maioria das que vivem em

abrigo e que, por isso, é necessário discutir a questão racial com os futuros pais adotivos. José Eduardo destaca que o racismo existe, sim, no Brasil, é crime, e não deve ser encarado como um empecilho à criação dos vínculos entre pais adotivos e seus filhos. Segundo o psicólogo, é necessário “não se orientar por estes pressupostos [racistas]” e o processo tem “muito mais situações bem sucedidas do que problemáticas”.

José Eduardo destaca a importância da adoção para os filhos adotivos. Apesar de ser necessário e também possibilitar à criança ou adolescente a existência de vínculos positivos, “o abrigo, de maneira geral, é impessoal em tudo. Não existe muito espaço de negociação em que a sua singularidade esteja presente”. Já a adoção, segundo ele, significa a possibilidade de conviver com um grupo de pessoas que também têm suas regras, mas que “vão dar um espaço de negociação e de contestação” para o adotado. “A gente vê as crianças querendo a possibilidade de encontrar um lugar que é delas, e não é só o quarto, não são só os brinquedos, é muito mais que isso”.

Leia a entrevista completa em www.crp-rj.org.br.

Trocando em Miúdos: CRP-RJ debate o racismo

No dia 27 de março, o CRP-RJ debateu o racismo na primeira edição de 2008 do Trocando em Miúdos, evento promovido pela Comissão Regional de Direitos Humanos do Conselho. Com o tema “Racismos: o que temos a ver com isso”, o objetivo do encontro foi pensar a relação da Psicologia com as diversas formas de discriminação racial existentes no Brasil.

Para estabelecer um diálogo mais aberto e abrangente, não apenas psicólogos falaram com o público, mas também um antropólogo. Júlio Tavares, professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), abriu o ciclo de palestras com um ponto fundamental: a importância da discussão sobre o racismo para a democracia.

“Toda vez que se fala em racismo, cria-se um constrangimento. A pobreza conceitual no trato

dessa questão no Brasil é a grande responsável por essa turbulência psíquica quando se fala em racismo”, afirmou.

Em seguida, os presentes ouviram a conselheira Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), pós-graduada na área de Relações Raciais pela UFF, mestre em Estudos da Subjetividade pela mesma universidade e coordenadora da Comissão de Análise para a Emissão do Título de Especialista (CATE) do CRP-RJ. Ela explicou que o grande problema do Brasil é que a condição dos negros é vista como natural. “Parece que é natural que o negro seja pobre ou esteja em posições subalternas. Isso não é visto como construção histórica”, declarou.

O último palestrante foi o psicólogo Lúcio Magano Oliveira (CRP 03/02399), coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRP-03 (BA/



Maria da Conceição, Júlio e Lúcio

SE) e mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ele destacou o papel da Psicologia na desconstrução da discriminação. “A Psicologia tem um papel muito importante para desarmar o racismo na nossa sociedade. É preciso deslocar o racismo de um exame individual – ele é um sistema invisível que funciona 24 horas por dia. Não são episódios isolados”, explicou.

II Mostra Regional de Práticas em

Mais de 400 participantes, 162 experiências em debate a partir de trabalhos de psicólogos, 16 oficinas, quatro mesas redondas, palestras, exibições de vídeos, lançamentos de livros e três apresentações culturais. Esse foi o saldo da II Mostra Regional de Práticas em Psicologia, realizada pelo CRP-RJ entre 10 e 12 de julho no campus Tijuca da Universidade Veiga de Almeida (UVA).

O principal objetivo do evento foi possibilitar debates e tecer redes no campo da Psicologia. Através de atividades nos mais diversos campos de atuação, o evento permitiu uma importante troca de experiências entre psicólogos, estudantes e a sociedade em geral.



Na abertura da II Mostra, representantes do CRP-RJ, do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e da UVA reafirmaram o compromisso de incentivar e promover práticas na área da Psicologia. O conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP 05/980), chamou a atenção para a variedade e a qualidade dos trabalhos apresentados. “Muitas das apresentações foram de alunos, o que mostra que a Psicologia está sendo construída não só por profissionais, mas também por estudantes”.

Já o conselheiro-presidente do CFP, Humberto Verona (CRP 04/03331), declarou que a Mostra é uma oportunidade de trazer a prática dos psicólogos para dentro do Sistema Conselhos. Segundo ele, é necessário “resgatar o desafio de fazer uma profissão ligada à sociedade. A Psicologia era muito distante da sociedade, mas isso mudou. Há uma nova perspectiva de preocupação com os problemas reais brasileiros”.

Também participaram da mesa de abertura o

vice-reitor da UVA, Tarquínio Prisco, a coordenadora geral do Curso de Psicologia da UVA, Cristina Maria Caldas Simões (CRP 05/3125), e a coordenadora geral do Curso de Psicologia do Campus Tijuca da UVA, Solange de Oliveira Souto (CRP 05/0838), que falaram sobre a importância da realização de eventos para aproximar Conselho, categoria e universidade.

O CRP-RJ promoveu ainda outras três mesas redondas. No primeiro dia, o debate “O mercado que temos, o trabalho que queremos” reuniu os psicólogos Miguel Angelo Barbosa Maia (CRP 05/13339) e Maria da Conceição Nascimento (CRP 05/26929), conselheira do CRP-RJ. A principal reflexão trazida foi sobre o perigo da especialização dentro da Psicologia. “Somos psicólogos onde estivermos”, afirmou Miguel. Os participantes discutiram ainda a precarização do trabalho, ética e Direitos Humanos.



À esquerda, Oficina da Comissão de Educação; acima, Vivian Fraga, Solange Souto, Nélio Zuccaro, José Novaes e Ademir Pacelli na cerimônia de encerramento; e à direita, Oficina da CATE

No segundo dia do evento, foi realizada a mesa redonda “Saúde nas Escolas: como gerar efeitos de diferenciação”. Com participação das psicólogas Marisa Rocha (CRP 05/3758), do Instituto de Psicologia da UERJ, e Maria Jacintha (CRP 05/7056), diretora do CAPSi Eliza Santa Rosa de Jacarepaguá, e mediação da conselheira Rosilene Cerqueira (CRP 05/10564), o debate abordou o trabalho do psicólogo na escola.



Peça Doidinho para trabalhar

A mesa com o tema “A maioria do ECA” aconteceu no terceiro e último dia e fez um balanço dos avanços e do que ainda precisa ser alcançado para uma completa implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A psicóloga Cecília Coimbra (CRP 05/1780), professora da UFF e membro do Grupo Tortura Nunca Mais, e a conselheira do CRP-RJ Eliana Olinda (CRP 05/24612) falaram sobre temas como o Depoimento Sem Dano, internação e abrigos.

Além das mesas, o Conselho promoveu, por meio de suas comissões, nove oficinas: “Desfazendo fronteiras no mundo psi” (CATE); “A inserção da Psicologia nas políticas públicas” (CREPOP); “Quais Éticas praticam as práticas psi?” (Comissão de Ética);



“Apropriação em Saúde: a estética do viver” (Comissão de Saúde); “Vídeo-debate a partir do documentário A invenção da infância” (Comissão de Educação); “Labirintos do diálogo” (Co-

Psicologia reúne 400 participantes

missão de Psicologia e Justiça); “A Comissão de Orientação e Fiscalização e a arteterapia: novos caminhos para a orientação profissional” (COF).

A Comissão de Saúde também promoveu uma roda de conversa com o tema “Acupuntura e Psicologia: diálogos possíveis?”, que falou sobre o uso da acupuntura por psicólogos.

A II Mostra contou ainda com três apresentações culturais. No primeiro dia, o público assistiu à peça Doidinho para Trabalhar, apresentada pelo Grupo de Teatro do Oprimido Pirei na Cenna, formado por usuários de saúde mental e simpatizantes do Movimento da Luta Antimanicomial. O es-

petáculo contou a história de um usuário que, após sair de uma instituição de saúde mental, encontrou dificuldades para conseguir emprego devido ao preconceito. No final, os espectadores foram transformados em “espect-atores” e tiveram a oportunidade de subir no palco para conduzir a trama de forma diferente.

No segundo dia, o Grupo Harmonia Enlouquece apresentou músicas de artistas consagrados e composições próprias. Já a banda Sistema Nervoso Alterado ficou encarregada do encerramento da II Mostra, com um repertório autoral que empolgou o público.

A II Mostra também foi palco da cerimônia de entrega do Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira, que premiou três trabalhos de estudantes e três de profissionais de Psicologia na área de Políticas Públicas (veja o box nesta página).

O resultado foi divulgado na mesa de encerramento do evento, que teve participação dos psicólogos José Novaes; Ademir Pacelli (CRP 05/ 3148), da UERJ; Nélio Zuccaro (CRP 05/1638), da Secretaria Estadual de Saúde; Vivian Fraga (CRP 05/ 30376), conselheira do CRP-RJ, e Solange Souto, da UVA.

Prêmio Monográfico dá visibilidade a trabalhos em Políticas Públicas

Entre dezembro de 2007 e julho de 2008, o CRP-RJ promoveu o Prêmio Monográfico Margarete de Paiva Simões Ferreira, com o objetivo de promover e incentivar práticas de psicólogos e estudantes nas Políticas Públicas. O concurso premiou três trabalhos na categoria estudante e três na categoria profissional.

Além de reconhecer a importância dos trabalhos, o Prêmio também teve o objetivo de homenagear a psicóloga Margarete de Paiva, falecida em dezembro de 2006, por seu exemplo de atuação na defesa das Políticas Públicas de Saúde.

Os prêmios foram entregues na cerimônia de encerramento da II Mostra Regional de Práticas em Psicologia pelo marido de Margarete, o psicólogo e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Ademir Pacelli.

No evento, foi exibido um vídeo com a última entrevista pública da psicóloga, cedido pelo Núcleo Clio-Psyché, da UERJ. Em seguida, conselheiros do CRP-RJ, o professor Pacelli e outros psicólogos lembraram o legado de Margarete.

O ex-conselheiro do CRP-RJ Nélio Zuccaro, que trabalhou com a psicóloga na Gerência de DST/Aids da Secretaria Estadual de Saúde, afirmou que ela “militou, acima de tudo, pela cidadania, pelos



Michèle Malheiro, vencedora da categoria profissional

Direitos Humanos e pelo direito às práticas das Políticas Públicas. À lembrança e à saudade, soma-se também o sentimento de orgulho: orgulho de ter convivido com Margarete, orgulho de seu nome estar associado a este Prêmio, que vai destacar novas práticas em Políticas Públicas”.

Veja a lista dos premiados:

Categoria profissional:

1º) Michèle Malheiro Borges de Aquino (CRP 05/ 26000) - *Direito ao lazer: experiências em prol da construção de Políticas Públicas no campo da Saúde Mental.*

2º) Marcus Marcello Porto Leopoldino (CRP 05/34874) e Paula Saules Ignácio (CRP 05/ 35154) - *Uma experiência cartográfica na saúde indígena.*

3º) Viviane Pereira da Silva (CRP 05/31297) - *Sujeito do inconsciente e agente comunitário de saúde: um encontro necessário.*

Categoria estudante:

1º) André Luis Soares e Silva Pereira, Cleriston Philip Buriche Bartalini e Francisco Marque Nogueira (UERJ) - *A produção artesanal da Revista Panatenéia: promoção da experiência narrativa compartilhada como política pública de educação.*

2º) Alice Paiva Souto, Cleriston Philip Buriche Bartalini e Kely Cristina Magalhães (UERJ) - *Cartografias do desejo em um trabalho de extensão universitária.*

3º) Alessandra Speranza Lacaz, André Werneck Barrouin, Daniel Maribondo Barboza, Gabriel Folly Nogueira Sertã, Paula Milward de Andrade, Raquel Vieira da Silva e Sheila Melo de Oliveira (Coletivo do Encontro Regional de Estudantes de Psicologia - EREP/RJ) - *Tecendo movimentos: aproximações entre políticas Públicas e formação em Psicologia.*

Programa Saúde nas Escolas: avanços e desafios

O Programa Saúde nas Escolas (PSE) foi instituído pelo Decreto nº 6286, de 5/12/2007, “com finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde”, segundo seu texto. Em 24/01/2008, a Portaria GM nº 154, criou dispositivos de complementação ao PSE. O Jornal do CRP-RJ conversou com a psicóloga Adriana Marcondes (CRP 06/21157), do Instituto de Psicologia da USP, para entender os avanços e as falhas do programa.

Quais são os principais avanços do PSE?

Uma coisa interessante no programa é a concepção de saúde como aquilo que necessita de ações de prevenção, de atenção, de promoção. A palavra “cura” não aparece, o que é muito importante, porque é um programa que visa estabelecer ações que promovam a saúde, não apenas que curem a doença. Afirma-se que aquilo que se estabelece como doença é fruto de um funcionamento, então temos que interferir nesse funcionamento.

Quais papéis escola e sociedade devem assumir nesse contexto?

O PSE diz que existem temas que não podem ser delegados apenas para a escola trabalhar, como a violência. Nós criamos vidas atravessadas por sofrimentos e pedimos à escola que transforme todos os seus alunos em pessoas educadas, coopera-

tivas. A escola trabalhará com temas criados na maneira como temos estabelecido a vida, que também está presente na escola.

Que mudanças a Portaria de janeiro de 2008 trouxe para o PSE?

Na Portaria, houve a criação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Há ações de atividades físicas, de reabilitação, de produção de cidadania, de fortalecimento de redes, de inclusão social. São núcleos que foram criados para trabalhar com as equipes de saúde da família, para ampliar o trabalho do SUS (Sistema Único de Saúde).

Quais são suas críticas ao PSE, da forma como foi instituído no Decreto?

No Decreto, uma questão que me chama atenção são os objetivos de avaliações individuais: clí-

nicas, auditivas e outras. Como se procede uma intervenção individual da saúde na escola se existe uma hipótese de que a criança não está aprendendo não apenas por questões orgânicas e individuais? A crença de que essa criança não teria condições de aprender e a necessidade de que a escola mude as suas estratégias para que ela aprenda são temas que devemos trabalhar quando uma criança apresenta alguma dificuldade no processo de escolarização. Quando pensamos num programa de saúde para a escola, temos que nos perguntar que adoecimento a escola tem produzido. Se esse trabalho não é feito, se fortalecem outras práticas: a individualização e a medicalização.

Outro ponto é que todo o programa, por falta de verbas, vai ser estabelecido em algumas cidades com certo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e com o programa Saúde da Família já efetivo. Eu tenho visto vários programas que são implementados para alguns, para ver se dá certo, e, depois, implementar ou não para uma população maior. Mas às vezes é difícil acreditar nessa aposta, porque o que temos visto é que não há continuidade.

Como o PSE poderia ser melhorado?

Uma vez estipulado o procedimento, temos que participar dele. Tanto os professores quanto os profissionais que trabalham com saúde, a universidade e os conselhos de gestão têm que participar dessa implementação, trazendo elementos que às vezes não são valorizados. Nós sabemos dessa importância por conta do nosso trabalho no dia-a-dia.

Portanto, devemos pensar em qual acesso os CRPs podem ter para fortalecer essa discussão sobre o trabalho do psicólogo em relação à escola.

Qual você acredita que seja o papel da Psicologia na Educação?

Existem questões subjetivas, que estão presentes no processo de escolarização e que interferem no aprendizado do aluno, no funcionamento da escola, na maneira como se estabelece um projeto pedagógico. O objetivo dos psicólogos na escola é poder intensificar o acesso a esse tema e pensar os sujeitos que temos formado. Essa é uma reflexão sobre o que tem prejudicado o processo de aprendizagem, como esses impedimentos têm sido produzidos na escola e o que fazer para intervir nisso.

Às vezes, uma terapia tem menos efeitos do que pensarmos o que tem acontecido com a criança e o que seria possível fazer. Vemos várias crianças que passaram pela saúde e tiveram diagnósticos absurdos, que interferiram na sua vida escolar.

Programa Saúde nas Escolas é discutido por psicólogas

No dia 3 de junho, o CRP-RJ realizou o evento “PSE – Programa Saúde nas Escolas, Um coletivo que se organiza?”, para pensar a implementação do PSE. Nesse contexto, o evento apresentou questões como a necessidade de avaliar as demandas feitas pela Educação à Psicologia e a possibilidade de criação de redes, a partir da ação entre ambos os setores.

Participaram do debate as psicólogas Adriana Miranda de Castro (CRP 05/23086) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS); Adriana Marcondes Machado (CRP 06/21157), do Instituto de Psicologia da USP; e Marise de Leão Ramôa (CRP 05/14615), da Rede de Proteção ao Educando da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ).

Adriana Castro afirmou que uma grande dificuldade na implementação do Programa é que, muitas vezes, a unidade de Saúde responsável pelo atendimento às escolas está localizada em região distante, o que dificulta o trabalho dos profissionais e o acesso da população atendida.

Para Marise Ramôa, a escola tem seguido a



lógica da empresa, sendo colocada cada vez mais no campo da mercadoria. Em contrapartida, ela afirmou que, quanto à questão da clínica, tem observado bons profissionais atuando no ambiente escolar.

Já segundo Adriana Marcondes, muitas vezes, na relação com educadores, há um “autoritarismo” na fala de psicólogos, que indica que há problemas a serem resolvidos, mas não deixa claro como professores devem administrá-los.

As psicólogas discutiram, também, o excesso de medicalização a que são submetidas as crianças. De acordo com Marise Ramôa, “existe um lugar para o profissional [psicólogo] estar, aquele que não é o da medicalização”.

CRP-RJ se engaja na luta pela Educação Inclusiva

O Sistema Conselhos de Psicologia escolheu 2008 como o Ano da Educação. Dentro dessa perspectiva, a recém-criada Comissão de Educação do CRP-RJ, presidida pela conselheira Francisca Alves (05/18453), engajou-se na luta pela construção do diálogo permanente entre Psicologia e Educação, comprometendo-se a promover discussões que produzam saídas para os impasses do fazer da Psicologia na sua interface com a Educação. O objetivo é contribuir para um saber e um fazer implicados com a integralidade da pessoa e com a função social do conhecimento.

Uma das formas de construção desse diálogo é a organização de eventos e debates reunindo profissionais de ambas as áreas. Devido ao Dia Nacional de Luta em Prol da Educação Inclusiva, comemorado no dia 14 de abril, a Comissão de Educação promoveu em março, abril e maio, diversos eventos para debater o tema.

As primeiras atividades foram realizadas no Fórum Mundial de Educação, que ocorreu entre os dias 27 e 30 de março em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, com o tema “Educação Cidadã para uma Cidade Educadora”. No Fórum, foram realizados um vídeo-debate sobre “Medicalização da Vida Escolar” e duas mesas, com os temas “Síndrome de Burnout e a Precarização do Mundo do Trabalho” e “Um olhar sobre os jovens pobres, educação, trabalho e meio ambiente”.

O CRP-RJ também promoveu um evento no dia 11 de abril, em Petrópolis, na Região Serrana. As psicólogas Helena Rego Monteiro (CRP 05/24180) e Fernanda Bortone (CRP 05/26510), colaboradoras da Comissão de Educação do Conselho, participaram de uma discussão sobre medicalização da vida escolar.

No dia 24 de abril, foi realizado outro evento, na UERJ, que contou com cinco mesas redondas que debateram diferentes aspectos sobre o tema. Para fechar o dia, o público se encantou com duas



Evento na UERJ

apresentações culturais: um show da cantora deficiente visual Inês Helena e uma apresentação de dança com o grupo Rodas da Inclusão, composto por dançarinos cadeirantes.

O CRP-RJ também organizou um evento em Campos dos Goytacases, no dia 10 de maio. Foi realizado o debate “Práticas e Desafios na Educação Inclusiva”, mediado pela psicóloga Fernanda Brant (CRP 05/2917), conselheira da Comissão de Educação.



Palestra em Campos dos Goytacazes (RJ)

Profissionais apontam desafios para uma Educação Inclusiva

Após os eventos realizados pela Comissão de Educação do CRP-RJ e uma pesquisa do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o CRP-RJ começou a repensar a amplitude da ideia de “Educação Inclusiva”. Geralmente, as políticas públicas referentes a ela estão voltadas para alunos portadores das chamadas necessidades especiais, mas psicólogos que atuam com moradores de rua, negros e população GLBT, entre outros, têm procurado o Conselho para saber se esses grupos se encaixam na inclusão na educação.

De acordo com o professor Gaudêncio Frigotto, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ, “a ideia de Educação Inclusiva tem como origem a constatação histórica da educação exclusiva”. Para ele, vivemos em uma sociedade que não inclui a todos e, quando inclui, não o faz igualmente.

“Primeiramente, é uma sociedade que exclui grupos sociais e especialmente crianças e jovens, fundamentalmente das classes populares, da classe trabalhadora. Segundo, que determinados grupos sociais foram sendo excluídos não só da educação, mas do trabalho, da cultura, da casa própria, da dignidade da vida” diz ele, citando os indígenas como exemplo. O professor afirma ainda que a inclusão não pode ser feita de forma desigual: “Você pode ter uma inclusão que, por exemplo, inclui surdos, mudos, portadores de alguma deficiência física, mas os inclui no ‘porão do banco’”.

A psicóloga Lília Ferreira Lobo (CRP 05/4125), professora da UFF, também aponta a existência de

uma “inclusão excludente” e recorre a Foucault para explicá-la: “Trata-se de dois mecanismos disciplinares que ainda hoje produzem efeitos – são as separações binárias e os esquadrinhamentos individualizadores que se combinam na exclusão por inclusão”.

Em janeiro deste ano, o Governo Federal lançou o documento *Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva*, resultado de um Grupo de Trabalho formado pela Equipe da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação e colaboradores. No tocante às recentes políticas públicas na área de Educação Inclusiva, um dos resultados valorizados era a união entre ensino regular e atendimento educacional especializado.

Entretanto, Gaudêncio e Lília apontam uma série de problemas estruturais ainda existentes no sistema educacional do país. “O fato de incluir uma criança considerada deficiente numa classe regular não significa necessariamente o rompimento das exclusões. Pode até redundar em algo ainda mais negativo: o desprezo pela diferença e a desobrigação do Estado de promover recursos para cumprir o dever de educá-las”, critica Lília.

Gaudêncio ressalta: “políticas que definem por decreto a inclusão de pessoas com deficiências são uma agressão a elas e à escola”. Ele destaca que é fundamental a existência de uma estrutura adequada, com profissionais qualificados e em número suficiente para atender aos alunos.

Leia as entrevistas na íntegra em www.crpj.org.br

Prestação de contas de 2008

De acordo com o princípio da transparência na gestão, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro apresenta o Demonstrativo de Resultados de 2008:

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DE JAN a JUL 2008

Receitas

Receitas de Contribuição	4.098.894
Receitas de Contribuições de anos anteriores	689.864
Receitas Patrimoniais	250.991
Receitas de Serviços	59.940
Outras Receitas	194.715
Total das Receitas Brutas	5.294.404

Transferências (-)

Conselho Federal de Psicologia	1.289.391
--------------------------------	-----------

Despesas (-)

Pessoal e Obrigações Patronais	968.453
Jeton, Diárias e Ajudas de Custo	184.925
Materiais de Consumo	17.972
Energia elétrica, Telefonia, Postagem e Água	220.065
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	17.968
Impressão Gráfica	59.082
Transporte e Hospedagem	39.043
Congressos, Fóruns e Eventos	56.025
Serviços de Assessoria	98.043
Terceirização	194.975
Seguros, Condomínio e Locação	16.051
Impostos, Taxas e Tarifas Bancárias	82.963
Total das Despesas de Operações	1.955.565

Investimentos (-)

Programas de Informática	0
Máquinas, Motores e Equipamentos	1.530
Mobiliário em Geral	2.898
Equipamentos de Informática	0
Total dos Investimentos	4.428

Roner Tavares
Contador CRC/RJ-097613/08

Marília Álvares Lessa
Conselheira-Tesoureira (CRP 05/1773)

Assembléia Orçamentária

O valor da anuidade, bem como o das multas, taxas e emolumentos pagos pelos (as) psicólogos (as) aos Conselhos de Psicologia, é definido em Assembléia Geral, respeitando-se os parâmetros definidos pela Assembléia das Políticas de Administração e Finanças (APAF). Participam da APAF representantes de todos os Conselhos Regionais, sob a coordenação do Conselho Federal de Psicologia.

É esta contribuição que permite o desenvolvimento dos projetos e atividades dos Conselhos, o pagamento dos funcionários da sede e subseções, as publicações - como livros, jornais, manuais e folderes e as atividades de fiscalização, vistoria e outras.

A anuidade é um tributo parafiscal obrigatório; o seu não pagamento pode acarretar cobrança judicial.

A Assembléia Geral Orçamentária é realizada sempre no segundo semestre de cada ano, estando aberta à participação de todos os psicólogos. Ela se constitui em um dos principais momentos em que os (as) psicólogos (as) podem se informar e participar das decisões sobre estes temas.

Em 2008, a Assembléia será realizada no dia 19 de setembro (veja na agenda). Participe!

Atenção! Plano de Saúde

Os psicólogos inscritos no CRP-RJ têm até 25 de setembro para aderirem com desconto aos planos de saúde da Unimed. Uma novidade do novo convênio é a entrada da corretora Trade Connection como mediadora entre o CRP-RJ e a Unimed-Rio. Um dos benefícios já conseguidos pela Trade foi diminuir a taxa de aumento dos preços dos planos. O acréscimo, que seria de 10,51% com relação aos valores do último ano, foi reduzido para 5%, ou seja, menos da metade.

Informações: acesse o site do CRP-RJ ou entre em contato com a Trade, através do e-mail andersonribeiro@tradecorretora.com.br ou dos telefones (21) 2240 0747 e 2240 0748.

Convite ao ECA: Estatuto faz 18 anos

Fernanda Bocco*



No dia 13 de julho completaram-se 18 anos desde a promulgação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. No momento em que essa lei atinge sua maioridade, temos motivos para celebrar? Conseguimos, realmente, romper com a lógica menorista e repressora que imperava com os códigos Mello Matos (1927) e Alyrio Cavalieri (1979)? Embora não haja dúvidas de que o ECA foi inovador em muitos aspectos – Doutrina da Proteção Integral, fim da situação irregular – e tentou envolver mais a sociedade civil nas ações relativas à formulação de políticas públicas nessa área, ainda nos deparamos com sucessivas violações de direitos no cotidiano das crianças e jovens, especialmente os que pertencem às camadas pobres. Os discursos dominantes seguem referindo-se a eles como “menores”, relegando-os às instituições de confinamento (abrigos, sistema de privação de liberdade), os centros de internação continuam operando nos moldes repressivos e retaliativos da época ditatorial e a condição de pobreza permanece indissociavelmente ligada ao atributo da periculosidade¹.

No Brasil, temos uma peculiaridade interessante neste âmbito, como nos mostra Frasseto². No direito, diz-se que as leis envelhecem, mas a jurisprudência se mantém sempre atual. Mas neste caso da infância e juventude, encontramos uma interessante exceção: podemos dizer que a lei é nova, mas a jurisprudência, especialmente a dos tribunais estaduais, está envelhecida, carregada de pensamentos rançosos construídos ao longo de nossa história. Assim, embora o ECA reconheça crianças e jovens como sujeitos de direitos, as decisões e práticas diárias contrariam essa diretriz, reiterando os princípios menoristas dos códigos anteriores. No caso dos jovens autores de infração, por exemplo, fica mais evidente essa lógica entre os juristas, que justificam a aplicação desenfreada da medida de privação de liberdade em casos sem ameaça à vida, quando a lei do ECA prevê que a internação não seja aplicada, em nenhuma hipótese, quando houver outra medida adequada, de-

vendo guiar-se pelo princípio de excepcionalidade e de brevidade.

Poderíamos dizer, então, que o grande problema do ECA não é sua legislação, mas sua pouca efetivação nas práticas cotidianas. E não apenas os juristas são responsáveis por isso, pois encontramos os mesmos resquícios históricos entre psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, pedagogos, jornalistas, políticos, professores, pais, familiares e vizinhos. (...)

Diante desse triste panorama, o que podemos fazer? Como subverter as noções higienistas, eugenistas e menoristas que ainda persistem? Acredito que as ações precisam ser, inevitavelmente, *locais, criativas e permanentes*. O próprio ECA nos dá a dica e o amparo legal para seguir por essa via em seu artigo 4º: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignida-



de, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Por isso, faço um convite a visitar o ECA, com mais frequência, mas, principalmente, a *usá-lo* para o que realmente deve ser: para a proteção integral das crianças e dos jovens, em toda sua magnitude. Isso implica em que não podemos esperar passivamente que os organismos estatais executem o ECA, embora tenhamos que tensionar para que isso ocorra. Mas, se as ações são locais, é no contato direto e na experiência diária onde isso se deve dar. O convite ao ECA é um convite para a *vivência plena* da defesa dos meninos e meninas com quem trabalhamos. Não apenas a defesa de seus direitos, mas principal-

mente de suas necessidades, já que direito é um termo jurídico que precisa de alguém que o reconheça e conceda para que exista, enquanto que a necessidade é um imperativo vital que não precisa de um terceiro para existir – as crianças não têm direito ao alimento, elas têm necessidade de alimentar-se! (...)

Possivelmente encontraremos no ECA pontos a serem melhorados, uma vez que a lei nunca será suficiente para dar conta da multiplicidade real. Mas acredito que nosso foco de intervenção tem que ser ao lado do jovem, ao lado da criança, de suas famílias, *enfrentando qualquer poder que tente se impor sobre suas vidas*, mesmo que para isso passemos a ser, também, marginalizados e perseguidos. Sem essa aposta e esse compromisso, não há lei que possa assegurar a vida dos mais desprotegidos.

Para os que pensem que a ação micro é insuficiente ou ineficaz, respondo: *não há nada mais revolucionário que engajar-se na realidade e puxar desse fio até onde ele chegar*. Enquanto puxamos, encontraremos questões psicológicas, jurídicas, econômicas, sanitárias, pedagógicas, habitacionais, ecológicas, tecnológicas, e muitas mais. E também criaremos redes sociais, porque nossas ações nunca são individuais nem se esgotam em nós mesmos. Precisamente nesse coletivo que resulta de uma ação concreta com uma criança concreta está a maior ferramenta política de que dispomos atualmente, e que costumamos menosprezar por delegar em outros a tarefa de “fazer cumprir” as leis, os direitos, a vida.

Fica o convite: conheçamos o ECA, estudemos seu texto em profundidade para chegar a encontrar qualquer indício que nos ajude na proteção real das necessidades e dos projetos vitais de nossas crianças e nossos jovens. Apliquemos a letra da lei sempre em benefício disso e, se for preciso, torçamos essa lei para extrair dela aquilo que nos sirva e faça sentido no contexto da infância e juventude. Só assim poderemos celebrar sua existência.

* Psicóloga pela UFRGS, mestre em psicologia pela UFF

1 - Esta discussão é feita na dissertação *Cartografias da Infração Juvenil* (BOCCO, Fernanda. Niterói: UFF, 2006).

2 - FRASSETO, Flávio Américo. Ato infracional, medida socioeducativa e processo: a nova jurisprudência do STJ. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 12, p. 167-192, 2º semestre de 2002.

Leia a íntegra do texto no site www.crprj.org.br

Conselhos de Psicologia se manifestam contra o DSD

O CRP-RJ informa que os Conselhos Federais de Psicologia e Assistência Social manifestam-se contra o chamado Depoimento Sem Dano (DSD). A iniciativa foi transformada em projeto de lei (PLC nº 35/2007), após um projeto piloto implantado no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre (RS).

O DSD consiste na oitiva de crianças e adolescentes apontados como vítimas ou testemunhas de abuso sexual ou maus-tratos. O depoimento

é tomado por psicólogos ou assistentes sociais em um local conectado por vídeo e áudio à sala de audiência, o que permite ao juiz assistir e fazer perguntas à testemunha por intermédio do profissional.

Os Conselhos Profissionais de Psicologia e Assistência Social se colocam contrários a esse tipo de oitiva, que coloca o psicólogo ou assistente como mediador do inquiridor, o juiz, para ganhar a confiança das supostas vítimas e fazê-

las falar. E, mais grave, coloca a criança no lugar daquele que faz a denúncia.

A preocupação dos Conselhos é com a revitimização de crianças e adolescentes pelos inúmeros depoimentos, exames médicos e avaliações psicológicas a que são submetidos, e à sua colocação como acusadores. A criança não pode servir como objeto ao Sistema Penal. O CRP-RJ, assim como o CFP, entende que essa não é uma prática psi.

CRP-RJ discute práticas psi com crianças em situação de violência

No contexto da maioria do Estatuto da Criança e do Adolescente e do foco da atual gestão do CRP-RJ nos Direitos Humanos, o Conselho promoveu, no dia 30 de maio, um debate sobre jovens em situação de violência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Com o tema “O Papel dos Conselhos de Psicologia Frente ao Atendimento de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência”, o evento reuniu psicólogos para discutir, principalmente, o Depoimento Sem Dano.

Na primeira etapa do evento, foi realizada uma mesa redonda com a participação de Esther Arantes (CRP 05/3192), colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, e Janne Calhau Mourão (CRP 05/1608), membro do Projeto Clínico-Jurídico do Grupo Tortura Nunca Mais-RJ e da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. A mesa foi mediada pelo conselheiro-presidente do CRP-RJ, José Novaes (CRP 05/980).

Novaes começou lembrando que, para os psicólogos que atuam neste campo, uma série de temas se apresentam. “Um deles é o depoimento sem danos; outro é o laudo que os psicólogos têm que elaborar sobre as crianças; há ainda a tendência cada vez maior de jurisdicalização da vida cotidiana; entre outros”, afirmou.

Em seguida, os presentes assistiram a um vídeo sobre o que é o DSD, produzido no Rio

Grande do Sul, onde a prática já é aplicada. As palestrantes criticaram esse tipo de depoimento, por colocar a criança na posição de acusadora. Segundo Janne, o caso da menina Isabella Nardoni, atirada do sexto andar de um prédio em São Paulo, trouxe um bom exemplo dessa situação. “Esse caso trágico trouxe a possibilidade de usar o depoimento sem danos com o irmão de três anos dela, pois ele teria visto os pais matarem a irmã. Isso gerou protestos, pois queriam fazer com que a criança acusasse os próprios pais”.

Para Janne, é preciso que os psicólogos se posicionem firmemente contra essa prática, posição apoiada por Esther: “Quando há defesa da inquirição de crianças, diz-se que, assim, se chegará à ‘verdade verdadeira’. Mas devemos nos perguntar se a verdade com que nós, psicólogos, lidamos não está em oposição a essa, se não é uma verdade subjetiva”.

Após as palestras, foi aberto um debate com todos os presentes. A psicóloga Eliana Olinda (CRP 05/24612), coordenadora da Comissão de Psicologia e Justiça do CRP-RJ, destacou que é preciso questionar “o lugar dessa criança como quem condena e o lugar do psicólogo como inquiridor”. Já a também psicóloga Suyanna Linhales (CRP 05/27041), coordenadora da Comissão Regional de



Direitos Humanos do CRP-RJ, destacou o absurdo de “colher informações manipulando o ambiente para a pessoa falar”.

Na segunda fase do evento, foram realizados grupos de discussão, que elaboraram propostas discutidas posteriormente em uma plenária. Entre as propostas retiradas no final da discussão, estão: a construção de redes de militância para a formulação de políticas públicas para o campo; a criação de fóruns interdisciplinares regionais; a mobilização da categoria psi junto aos CRPs para fazer frente ao Depoimento Sem Dano; e a criação de grupos de trabalho para o aprofundamento da questão.

Após 18 anos, ECA é desrespeitado por autoridades

Dois casos – um em São Paulo e outro no Paraná – chocaram e causaram o repúdio do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ). Em ambos, os direitos dos jovens brasileiros foram mais uma vez desrespeitados, no ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 18 anos (leia o artigo da página 15).

O primeiro caso diz respeito à criação de uma ala psiquiátrica *para adolescentes* no Hospital Psiquiátrico de Maringá (conhecido como “Sanatório de Maringá”), no Paraná, com o nome de Unidade de Adolescentes Senador Lucídio Portella. A nova ala foi inaugurada no dia 4 de abril com o apoio do governo do estado, através da Secretaria Estadual de Saúde (Sesa), e da Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

O Conselho Regional de Psicologia do Paraná se posicionou contra a unidade e apresentou um manifesto contra a unidade no Conselho de Saúde do Município. “Há décadas, a categoria dos psicólogos vem se destacando pela luta por uma ‘Sociedade sem Manicômios’. Consideramos que o confinamento e a exclusão já são pensados e revistos enquanto terapêuticas ultrapassadas em função de segregarem e atribuírem a responsabilidade apenas ao indivíduo”,

afirma Maria Lucia Boarini, membro do Conselho Municipal de Saúde de Maringá e representante do CRP-08.

“Hoje, a sociedade já reflete se a prisão é válida como punição para o criminoso. Imagine para a vítima de uma sociedade excludente e violenta”, acrescenta a psicóloga, para quem a internação pode causar “adiamento de tratamento



mais efetivo, perdas em relação à vida social e escolar, e estigmatização” desses jovens.

A outra situação que desrespeita o ECA é internação de “jovens infratores” em uma unidade psiquiátrica em São Paulo, medida tomada pela

Vara Especial da Infância e da Juventude. Após o tempo máximo de internação na Fundação Casa (antiga FEBEM), que é de três anos, adolescentes que cometeram um ato infracional considerado grave, em vez de serem liberados, passaram a ser transferidos para a unidade psiquiátrica.

“O menino fica em uma situação em que ninguém quer assinar a soltura. Então, as Secretarias de Saúde e de Administração Penitenciária pegaram a Unidade Experimental de Saúde, da Fundação Casa – feita para acolher adolescentes –, e a transformaram em uma unidade da Secretaria de Estado de Saúde, que pode receber esses jovens com mais de 21 anos”, explica a psicóloga Fernanda Bastos Lavarello, conselheira do CRP-SP.

Fernanda afirma que a situação é uma agressão ao ECA. “Ela fere o Estatuto de forma vergonhosa. Simplesmente finge-se que o menino não estava numa medida sócio-educativa, que deveria ser regida pelo Estatuto, suspende a medida sócio-educativa dele e o coloca em um ‘limbo legal’”.

A psicóloga explicou ainda que o CRP-SP compõe um grupo interinstitucional, que junta universidades, ONGs, Defensoria Pública e outros órgãos para questionar a situação.

CRP-RJ participa de conferências sobre Políticas Públicas GLBT

Entre 5 e 8 de junho, foi realizada em Brasília a I Conferência Nacional GLBT, com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

O CRP-RJ, que atua na luta pelo direito à diversidade sexual, participou da organização de duas das conferências preparatórias.

No dia 5 de abril, o Conselho foi representado na Pré-Conferência Regional IX (Rio de Ja-



Beto de Jesus, Rosana Heringes, Roberto Gonçale, Cecília Teixeira e Pedro Bicalho na Conferência Estadual

neiro), pelo conselheiro Lindomar Expedito Darós (CRP 05/20112), coordenador do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) desse Regional. Lindomar destacou a necessidade da discussão coletiva: “É

no coletivo que afirmamos a diversidade. Humano é ser diverso e não desigual”, disse.

Junto com outras nove pré-conferências, o evento preparou e elegeu delegados para a Conferência Estadual, entre 16 e 18 de maio. O conselheiro vice-presidente do CRP-RJ, Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077), mediou a mesa “Articulação da Política de Direitos de GLBT e Direitos Humanos”, no dia 17.

Pedro Paulo apresentou o debate falando sobre a relação da Psicologia com a homofobia. Ele apresentou a resolução 001/99 do CFP e colocou em questão a emergência da sexualidade como um objeto de saber, sempre atravessada por relações de poder.

Leia mais sobre as conferências no site www.crprij.org.br

Setembro 2008

• Debate do Crepop – Serviços de Saúde da Atenção Básica

Dia 17 de setembro - 9h

Local: Auditório do CRP-RJ

Entrada franca - não será preciso fazer inscrições antecipadas

Informações: crepop@crprj.org.br

Telefone: (21) 2139 5442

• Assembléia Orçamentária

Dia 19 de setembro - 18h30

Local: Auditório do CRP-RJ

Veja informações na página 14

Outubro 2008

• II Encontro de Artes e Saúde Mental

Dias 22 e 23 de outubro – 9h

Local: Auditório da Escola Nacional de Saúde

Pública (ENSP/Fiocruz) - Rua Leopoldo Bulhões, 1480, Manguinhos, Rio de Janeiro

Informações/inscrições: espaco.artaud@uol.com.br

Novembro 2008

• Seminário sobre Ética nas práticas psi

Dia 4 de novembro de 2008 – 9h

Local: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - Av. Erasmo Braga, 115/4º - Centro

Para mais informações sobre esses e outros eventos, acesse o site www.crprj.org.br

A sede do CRP-RJ fica à Rua Delgado de Carvalho, 53, Tijuca - Rio de Janeiro - Telefone (21) 2139 5400

Através de eventos, comissões do CRP-RJ se aproximam dos psicólogos

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) possui, atualmente, 13 comissões, divididas entre permanentes e especiais. Em 2008, elas já organizaram várias atividades.

No dia 19 de março, a Comissão de Ética (COE) realizou um debate sobre gravidez na adolescência na sede do CRP-RJ, em mais uma edição da Quart'ética. Foram convidadas as psicólogas Suyanna Barker (CRP 05/27041), membro do Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da UERJ e coordenadora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ; Simone de Avolio Espindola (CRP 05/4826), chefe do serviço de saúde mental do Hospital Municipal Maternidade Fernando Magalhães; e Ana Maria Otoni Mesquita (CRP 05/12590), do Centro de Atenção à Mulher Adolescente (Ceama) do Hospital Estadual Pedro II.

Em 27 de junho, a Comissão Regional de Direitos Humanos (CRDH) promoveu a segunda edição de 2008 do Trocando em Miúdos, debatendo questões relacionadas à homofobia. Participaram do evento os psicólogos Pedro Paulo Bicalho (CRP 05/26077), conselheiro vice-presidente do CRP-RJ, e Isadora Garcia (CRP 05/28520), assistente do Programa Gênero e Prevenção de Violência do Instituto Promundo. A primeira edição do Trocando ocorreu em 27 de março e debateu o racismo (veja na pág. 9).

A Comissão de Saúde do CRP-RJ realizou a oficina itinerante Apropriação em Saúde em duas cidades. No dia 17 de maio, a comissão esteve em Quatis, no sul do estado, participando de um encontro articulado por psicólogas do local sobre o exercício profissional. Já em 21 de junho, foi a vez de Saquarema, na Região dos Lagos, receber a oficina, em um evento sobre dependência química organizado pelo estudante de Psicologia Ronaldo Garcia.

A Comissão de Educação realizou diversas atividades sobre Educação Inclusiva (leia na pág. 13) e, em conjunto com a Comissão de Saúde, promoveu um debate sobre a relação entre Saúde e Educação (veja matéria na pág. 12). A Comissão de Psicologia e Justiça organizou o evento "O papel dos Conselhos de Psicologia frente ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência" (saiba mais na pág. 16).

Leia mais sobre os eventos no site www.crprj.org.br.

CREPOP debate práticas em Políticas Públicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) realiza o terceiro de seus quatro ciclos de 2008: Mulher sob Violência de Gênero. Os dois primeiros foram Educação Inclusiva e Medida Socioeducativa.

Em cada ciclo, é disponibilizado um questionário online no site do CREPOP (<http://crepop.pol.org.br>) para ser respondido por psicólogos que trabalham no campo abordado. Também são realizados encontros com esses profissionais em cada Regional.

A reunião do terceiro ciclo foi realizada no CRP-RJ em 23 de julho. Já os encontros com psicólogos das áreas de Educação Inclusiva e Medida Socioeducativa ocorreram em 16 de



Reunião do 2º Ciclo

abril e 21 de maio, respectivamente. Os psicólogos das três áreas ainda podem responder ao questionário online.

A reunião do quarto e último ciclo do CREPOP, Serviços de Atenção Básica, ocorrerá no dia 17 de setembro, na sede do CRP-RJ (veja na agenda).

Coordenadoria Técnica

1. A Cotec informa que realizou discussões, juntamente com o Sindicato dos Psicólogos e profissionais de Psicologia, sobre a regulamentação municipal da carga horária da categoria. Em 3 de março, procuramos o vereador Aloísio Freitas, pedindo seu apoio para dar andamento à Indicação Legislativa nº 8243, de 8 de novembro de 2006, que se encontra no gabinete do Prefeito sem movimentação desde janeiro de 2007. O histórico de ações do CRP-RJ e as atas dos encontros dos Grupos de Trabalho encontram-se disponibilizados no nosso site (www.crprj.org.br). O CRP-RJ aguarda o agendamento de audiência pública pelo Sindicato para convocar a categoria.

2. A Cotec realizou, no dia 5 de abril, uma reunião em sua sede com representantes do CRP-RJ em Conselhos Municipais e Estaduais. O encontro teve como objetivo o acompanhamento de ações, troca de informações, desenvolvimento de estratégias políticas e esclarecimentos em geral.

O CRP-RJ entende que os Conselhos Municipais e Estaduais são instrumentos importantes de participação da sociedade na formulação de políticas públicas e consolidação do processo democrático. Se você, psicólogo, se interessa ou faz parte de Conselhos de Controle Social (Municipais ou Estaduais), entre em contato com a Cotec, pelo tel. (21) 2139 5438 ou pelo e-mail cotec@crprj.org.br.

3. A Cotec também informa que o CRP-RJ participou de uma audiência pública sobre o Monitoramento Eletrônico de Apenados na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). O Conselho se posiciona contrário à medida por acreditar que esta fere os Direitos Humanos e estigmatiza ainda mais essa população.

Comissão Regional de Direitos Humanos

A Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia decidiu, em reunião com as Comissões Regionais em Brasília, no dia 25 de abril, o tema da Campanha Nacional de DH do Sistema Conselhos: as diferentes expressões da violência da sociedade contemporânea. A reunião também discutiu o texto base da IX Conferência Nacional de DH, que acontecerá em dezembro e terá como objetivo principal a revisão e atualização do Programa Nacional de Direito Humanos (PNDH).

Comissão de Ética

A COE é uma comissão permanente dos Conselhos Regionais de Psicologia. Sua função é assegurar o exercício seguro da Psicologia com base no Código de Ética dos Psicólogos e na Constituição Federal Brasileira. Visando a problematização do lugar ocupado pelas Comissões de Instrução, o CRP-RJ vem implementando ações no sentido da orientação/capacitação e, com esse intuito, iniciou, no dia 4 de abril, um encontro com toda a equipe para pensar suas ações. Atualmente, a COE se reúne todas as terças-feiras do mês para discutir os olhares sobre a ética do psicólogo. Para além da penalização, a COE instituiu uma Comissão de Trabalho que vem funcionando como um canal de estudos e pesquisas acerca dos objetos de representação contra os psicólogos. Como resultado, realizaremos, em 4 de novembro de 2008, um seminário que discutirá as práticas psis que desembocam em representações éticas (veja agenda na página 18). Este evento será precedido de eventos preparatórios na sede e nas sub-sedes do CRP-RJ. Mais informações serão disponibilizadas no site www.crprj.org.br.

Comissão de Orientação e Fiscalização

1. A COF informa: fique atento às normas de publicidade profissional! As normas para divulgação e publicidade profissional do psicólogo encontram-se disponíveis no artigo 20 do Código de Ética Profissional do Psicólogo e na resolução CFP nº 03/2007. Cabe ao profissional psicólogo informar seu nome completo, a sigla de identificação do seu Regional (no caso do Rio de Janeiro, a sigla correspondente é "CRP 05") e o respectivo nº de inscrição.

No caso de divulgação de serviços prestados por uma instituição, é necessário, também, constar o nome e o nº de inscrição da instituição neste Regional, juntamente com a sigla deste Conselho (por exemplo: "CRPPJ 05") e os dados do psicólogo responsável técnico.

Qualquer dúvida pode ser esclarecida com a COF pelo telefone (21) 2139 5434.

2. A COF realizou, no dia 22 de julho, uma reunião com psicólogos que trabalham no Detran. O objetivo foi discutir a resolução nº 267/2008 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O encontro, que contou com a participação de mais de

70 psicólogos, além de conselheiros e funcionários do CRP-RJ, terminou com a decisão de construir um grupo de trabalho entre conselheiros, assistentes-técnicas da COF-RJ e os presentes na reunião. O objetivo é problematizar a atuação na área da Psicologia do Trânsito.

CREPOP

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) convida os psicólogos que atuam em Serviços de Atenção Básica a responder o questionário online no seu site (<http://crepop.pol.org.br>), a partir de 8 de setembro. Em 17 de setembro, será realizada na sede do CRP-RJ uma reunião com profissionais do campo.

Comissão Psicologia e Justiça

1. A Comissão Psicologia e Justiça do CRP-RJ organizou, em conjunto com a Comissão Regional de Direitos Humanos, o evento "O papel do Sistema Conselhos de Psicologia frente ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência", no dia 30 de junho, na UERJ (veja na página 16). O encontro faz parte de uma discussão política, em âmbito nacional, sobre as práticas psi no atendimento a crianças supostamente vítimas de abuso sexual, tendo como foco o debate crítico sobre o projeto Depoimento Sem Dano. A Comissão está planejando um encontro com os Conselhos Tutelares juntamente com o CREPOP para pensar as chamadas práticas de promoção de defesa de direitos da infância e da adolescência. Nesse sentido, a Comissão participou da primeira reunião com o CREPOP sobre as medidas sócio-educativas, no dia 21 de maio.

2. Foi realizada uma entrevista inédita com o juiz argentino Carlos Alberto Rozanski, idealizador do projeto similar ao Depoimento sem Dano na Argentina. Em breve, a entrevista completa estará no site do CRP-RJ (www.crprj.org.br).

Comissão de Educação

Nas comemorações do Dia do Psicólogo realizadas pelo CRP-RJ, a Comissão de Educação realizará a atividade de Abertura do Ano da Educação. Compareça e contribua com o debate! Fique atento ao site do CRP-RJ para mais informações.

CRP-RJ participa do II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos

Entre os dias 22 e 25 de maio, o Rio de Janeiro sediou o II Fórum Internacional de Saúde Coletiva, Saúde Mental e Direitos Humanos. Organizado pelo Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, pela Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo e pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, o evento teve como objetivo discutir questões de Saúde, articuladas aos movimentos sociais.

A primeira edição do Fórum foi realizada em Buenos Aires, Argentina, em 2006. O Brasil foi o país escolhido para a realização da segunda edição por sua tradição nas lutas populares. “No Movimento Antimanicomial, temos uma importante atuação do estado, temos um movimento que conseguiu criar políticas públicas”, afirma Paulo Amarante, médico psiquiatra, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e um dos organizadores do evento.

Segundo Amarante, “a importância do Fórum está em reunir vários atores para discutir os seus trabalhos. Nós temos diversos grupos que atuam com várias comunidades, sujeitos carentes, marginalizados de várias formas e que são vítimas de violência social (cometida seja pelo Estado, pelas suas ações, por sua política social e econômica, seja por outras formas de atuação, como

preconceito e intolerância, por questões religiosas, de sexualidade etc.)”.

O CRP-RJ participou do II Fórum representado por psicólogos conselheiros e colaboradores. Todas as mesas reafirmaram o compromisso do CRP-RJ com questões de interesse coletivo, refletindo seu compromisso político e social.



Cecília Coimbra (CRP 05/1780), Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e representando esse CRP, esteve em duas mesas do evento sobre violência, tortura e segurança pública. No debate “Tortura como Política e Prática de Segurança de Estado”, ela discutiu a chamada “tortura light” - práticas violentas apoiadas pelo governo norte-americano, que não são consideradas como tortura. Cecília condenou ainda a atmosfera punitiva que tem sido incentivada socialmente: “O Estado Penal está permeando todos nós”, disse.

O conselheiro vice-presidente Pedro Paulo Bicalho (CRP-05/26077) abordou questões sobre homossexualidade e Direitos Humanos. O psicólogo colocou em questão a necessidade de se publicizar e responsabilizar atitudes homofóbicas, discutindo com os presentes se a criação de leis punitivas resolveria o problema.

Eliana Olinda Alves (CRP 05/24612) da Comissão de Justiça e Lindomar Expedito Darós (CRP 05/20112), do CREPOP, participaram de um debate sobre o Depoimento Sem

Dano (veja matérias na pág. 15). Eles defenderam a integridade de crianças e adolescentes em práticas de inquirição no Sistema Judiciário. Eliana questionou o lugar do psicólogo como inquiridor, bem como o da criança como delatora e incriminadora.

Já Lindomar afirmou que o uso do discurso de uma criança para a produção de provas criminais é uma prática abusiva.

Helena Rego Monteiro (CRP 05/24180), da Comissão de Educação, falou sobre a medicalização de crianças e adolescentes. A conselheira-secretária Noeli Godoy (CRP 05/24995) participou do debate sobre a democratização dos meios de comunicação.



<input type="checkbox"/> MUDOU-SE
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/> RECUSADO
<input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
<input type="checkbox"/> PORTEIRO OU SÍNDICO
<input type="checkbox"/> FALECIDO
<input type="checkbox"/> AUSENTE
<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO
REINTEGRADO AO SERVIÇO
POSTAL EM ___/___/___
EM ___/___/___
CARTEIRO



Impresso Especial
9912174124/2007-DR/RJ
CRP - 5ª REGIÃO
...CORREIOS...

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280

IMPRESSO